


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009056-98.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Maria Tereza Croti**
 Requerido: **José Roberto Manoel Me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

MARIA TEREZA CROTI pediu o despejo de **JOSÉ ROBERTO MANOEL ME** do imóvel locado, situado na Rua Antonio Botelho, nº 573, Vila Prado, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento dos aluguéis e encargos de locação. Pediu também a condenação da locatária e do fiador ao pagamento do débito.

Citados, a locatária e o fiador não contestaram o pedido nem pediram a purgação da mora.

Houve pedido da autora de prorrogação do prazo para purgação da mora, haja vista a proposta apresentada pelos requeridos de pagamento da dívida.

A autora noticiou o não cumprimento do acordo, requerendo a decretação do despejo.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor (Código de Processo Civil, artigo 344), notadamente a existência de relação locatícia e a inadimplência, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido.

Isto posto, **acolho os pedidos** e declaro rescindida a locação, decretando o despejo da locatária, do prédio locado, assinando-lhe o prazo de quinze dias para desocupação voluntária.

Outrossim, condeno a ré, **JOSÉ ROBERTO MANOEL ME**, a pagar à autora, **MARIA TEREZA CROTI** o valor correspondente aos aluguéis e encargos identificados na petição inicial (fls.04), além daqueles que se vencerem até a data da efetiva desocupação do imóvel, com correção monetária, juros moratórios, custas processuais e honorários advocatícios do patrono da autora, fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de outubro de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**